

**Acción  
Realista**

**revista  
quinzenal**

Na séde da Acção Realista recebem-se donativos para a Assistencia aos Monarquicos Necessitados.

---

## SUMARIO

<i>Carta aberta aos meus amigos e companheiros (aspecto social)</i> .....	por H. de Paiva Couceiro
<i>Tradição Militar (III)</i> .....	> G. de M.
<i>Acção Realista Portuguesa</i> .....	
<i>A crise no seu aspecto economico-social</i> .....	> Augusto da Costa
<i>Significado Nacionalista</i> .....	> Antonio de V. Botelho
<i>Écos</i> .....	

**Este numero contém 24 páginas**

## EXPEDIENTE

Participamos aos nossos assinantes que vamos proceder á cobrança da segunda série de dez números desta revista. Mas, para evitar despeza de cobrança pelo correio, muito nos obsequiavam todos aqueles que nos enviassem espontaneamente a importância de suas assinaturas, em troca do que remeteriamos o respectivo recibo.

Toda a correspondencia relativa à administração deve ser endereçada ao editor desta revista, Antonio Ferreira Junior.

---

Dois pedidos fazemos hoje aos nossos estimados leitores :

**1.º que concorram, na medida das suas posses, para a subscrição do diário da Acção Realista ;**

**2.º que cada um consiga, pelo menos, mais um assinante desta revista.**

QUEREIS DINHEIRO?

JOGAE NO

*Luna*

R. do Amparo, 51

LISBOA

Telefone N. 4020

# AÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração  
RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA

EDITOR  
Antonio Ferreira Junior

Assinaturas (Pagamento adiantado)  
SÉRIE DE 10 N.º — 10\$000 RÉIS  
Numero avulso — 1\$000 réis

## CARTA ABERTA AOS MEUS AMIGOS E COMPANHEIROS

III

### ASPECTO SOCIAL

Examinando directamente os maleficios do sistema parlamentarista, chegámos á conclusão de que, para salvar-se do perigo presente, o Paiz precisa mudança de regimen politico monarchico. Isto é dissemos que não nos serve a Carta Constitucional porque, pelo ferreo encadeamento das causas e efeitos, nos arrasta fatalmente, n'um plano inclinado de decahimentos sucessivos, desde o marco de 1834, até ao de 1910, e, d'este, á catastrophe visivel no proximo horisonte, á qual pretendemos escapar.

Chegaremos no entretanto a conclusão identica, quanto á inoportunidade da Carta de 1826, se examinarmos a questão sob um outro prisma :

Já em 1919 (analogamente ao que já fizemos no livro «A Democracia Nacional» escripto em 1917) chamavamos as atenções dos companheiros d'exilio acerca da necessidade que nós Portuguezes tinhamos de comprehender a crise de transformação que o Mundo estava atravessando, e de preparar o nosso regimen em termos de fazer frente ás repercussões que, d'essa crise, infalivelmente incidiriam sobre o nosso Paiz. Dizia-lhes então : «Não virá fóra de proposito lembrar que as modernas Sociedades são filhas legitimas do Individualismo exclusivista da Revolução Franceza, e da annexa escola economica, segundo a qual o trabalho do homem é considerado como qualquer mercadoria inerte, e é pago pela tabela automatica da procura e da oferta, sem nenhuma especie de temperamento humano.

¿ Não haverá ligação proxima entre esses conceitos anteriores do *homem-machina material*, e estes casos posteriores das luctas sociaes a que estamos assistindo ?

O raciocinio inclina-se a responder pela afirmativa. Na verdade foi precisamente ao abrigo d'essa escola economica que, dentro das empresas de trabalho, póde ser suprimido o antigo factor da fraternidade christã. Emquanto por outro lado o criterio iudividualista

## ACÇÃO REALISTA

isolava pessoas, e desagregava classes organicas, fazendo desaparecer os cimentos ordenadores e harmonisadores, que dentro d'ellas naturalmente se produzem, por efeito dos contactos e mutuas compenetrações corporativas. Assim se formou o terreno onde fructificaram, e tinham logicamente que fructificar, os maus entendimentos entre patrões e operarios.

A grande guerra europeia, e o seu cortejo subsequente d'incertezas e duros flagelos, levou depois ao grau mais agudo as causas preexistentes do conflicto. E á guerra dos exercitos, succedeu em paizes varios a guerra social.

Novas doutrinas contra velhas doutrinas, batem-se sob os nossos olhos, não apenas nas frentes bolcheviques, mas nos proprios paizes onde o bolchevismo não tomou ainda as redeas efectivas do Poder.

Caminhamos em resumo para era nova. Respiram-se correntes de reformismo economico-social a cujo influxo nenhum paiz escapará. As quaes correntes hão de impôr-se acabando por abrir o seu logar dentro das Constituições politicas dos Estados. Taes são, me parece, as condições geraes do ambiente externo, e contando com ellas temos d'estudar as soluções applicaveis a Portugal.»

Apesar d'estas palavras terem 5 annos d'idade, nem uma virgula, creio, ha que retirar-lhes no momento actual. E o syndicalismo revolucionario a que ellas aludem, campeia no nosso paiz, como, aliás por toda a parte.

\*

O mero Syndicalismo, considerado em si proprio, traduz apenas, como sabemos, a tendencia expontanea dos trabalhadores para se associarem, tendo em vista o melhoramento das condições do seu trabalho. Mas essa ideia, d'união, perfeitamente accetivel e pacifica, no seu principio, tornou-se comtudo aggressiva, perigosa e detonante, por efeito de duas cousas. Uma é a doutrina marxista, que chama o syndicalismo para o terreno da «guerra de Classes». A outra é a doutrina liberalista, que, negando aos syndicatos (ou ás corporações de que os syndicatos são celula elementar) assento na estrutura politica nacional, os impele, «ipso facto» para a alternativa da politica revolucionaria.

E é assim, por culpa do marxismo, e por culpa do Constitucionalismo, que o nosso Paiz tem dentro do corpo o espinho da guerra civil, que o syndicalismo revolucionario sem duvida significa. Espinho de natureza essencialmente politica, que se liga com a 3.<sup>a</sup> Internacional, e visa á implantação da Dictadura proletaria.

Ninguém pensa, quero crer, que se poderá pôr cobro a essa origem permanente, de desordens e inefficacias, pelo methodo crú do general russo de Varsovia; nem tão pouco pelos emolientes da assistencia official. Visto que, evidentemente, nem o meio da represão violenta, nem o meio das concessões dadivosas, tem força ou qualidade, para extirpar uma rebeldia politica, que, inspirada na mystica d'uma doutrina propria, assume certos fóros de fanatismo.

Posto isto, perguntaremos como é que a Carta Constitucional resolve esse grave problema do syndicalismo revolucionario?

¿ Como é que uma Constituição feita, — nos termos d'essa Carta de 1826, — com des-

tino a uma sociedade de modelo individualista, póde ser applicavel, ao mesmo tempo, a uma sociedade organica, quer dizer, aquele unico modelo de sociedade, em que os syndicatos teem cabimento politico normal, e portanto, possivelmente, nacional, cooperador, e ordeiro ?

A resposta a estas interrogações leva nos a concluir que a Carta Constitucional, além de tudo o mais, é incompativel pela base com a solução satisfatoria do mais importante problema, e assim lhe chamo porque se trata no fundo do problema da unidade patria, que a Monarchia restaurada encontrará diante de si.

A verdade é que o *facto social syndicalista* não póde deixar de ser previsto e atendido pela Constituição do Reino. A qual, consequentemente, terá que adaptar-se a novas estruturas do Corpo Social-economico, d'onde está dependente o equilibrio, a eficiencia, e a paz, da colectividade nacional.

E' esta Monarchia de base organica, que temos, pois, de restaurar, e nunca a Monarchia de 1910.

\*

*Nação organizada. Novas estruturas do Corpo politico-social-economico.*

¿ O que se entende por estas expressões ?

Conforme a Constituição Nacionalista, atraz esboçada nas suas linhas geraes, desaparecem os *partidos* como base constitucional do Estado e do Governo. Embora possam subsistir como associações d'individuos a quem o zelo pela Causa Publica leve a reunirem-se para formular aspirações d'interesse comum, e a trabalhar por ellas, dentro das leis geraes e d'associação.

Os partidos «modelo parlamentarista», organismos artificiaes, cederão o logar aos organismos naturaes ; — procurando-se d'esta maneira, não só substituir a Representação do Portugal parasitario, pela Representação do Portugal trabalhador, — mas tambem nacionalisar o Syndicalismo revolucionario, quer dizer tornal-o em Syndicalismo nacional, abrindo-lhe e mostrando-lhe pela frente os porticos francos da representação politica, e os horisontes claros da justiça social corporativa.

Arredando assim, quanto possivel, do proscenio da politica Portugueza, os tremendos obstaculos para a reconstituição do Paiz, que são as divisões e explorações partidarias, os aviltamentos eleitoraes, as paixões sectaristas, e os odios e guerras de classes.

Entre as alavancas d'essa reconstituição, tem grande importancia o desenvolvimento economico, ao qual se prende em alto grau a solução feliz do nosso problema geral. Por isto tomamos como ponto de partida o aspecto social-economico da Nação organizada.

\*

Uma vigorosa expansão productora não póde simplesmente derivar apenas do exercicio individualista das energias trabalhadoras. Tem sem duvida que promover-se e provocar-se por meio d'um plano d'acção combinada, da Agricultura, Industria e Comercio, á sombra do qual plano os esforços individuaes se coordenem e liguem, reforçando-se

## ACÇÃO REALISTA

com mutuas cooperações dentro de cada ramo productor, e completando-se os ramos diversos, e fornecendo-se reciprocamente mercados e serviços.

Requer-se n'uma palavra que, sobre a orientação individualista, predomine a orientação associativa, desde os vertices do Poder Publico, até ás ultimas fileiras trabalhadoras. Compenetrados todos da sua solidariedade, e suggestionados pela verdade de que uma intensa produção, e exportação, é interesse comum de todos, quer do Estado e Nação, — quer dos patrões e technicos, quer dos empregados e operarios. Reconhecendo todos, de parte a parte, os respectivos prestimos e capacidades, e atendendo-se mutuamente, sob a lei da boa justiça distributiva, e com sincera benevolencia para com as necessidades e dificuldades de cada um. Convictos, em summa, e intepretando praticamente, uns e outros, o sabidissimo principio de que o capital precisa do trabalho, como este d'aquelle, e ambos da sciencia.

¿ Porque não hão de, pois, entender-se todos, em todos os graus da hierarchia, se com efeito neuhum ignora que d'esse acordo depende o pleno rendimento da machina das actividades, e por consequencia o beneficio do conjuncto, e de cada um dos seus membros ?

Este espirito de concordia, e de bem entendido interesse comum, é, sob o estimulo superior do patriotismo, o elemento moral necessario para presidir a uma grande Cooperativa geral e nacional.

O funcionamento d'esta pede todavia um methodo coordenador e organisador da Economia e do Trabalho.

Acerca d'esse methodo d'estructura social-economica e seu enlaçamento com o regimen politico, convém dar ideias com algum detalhe, embora á custa de penetrar nas fronteiras do fastidioso.

\*

A beneficio de deixar cloro o nosso pensamento, seja-nos licito repetir algumas noções aliás conhecidas :

«Syndicatos» são apenas celulas d'um corpo organico mais vasto.

Quando se agregam syndicatos da mesma classe, o systema de agrupamento chama-se *horisontal*. Assim se agregam as syndicatos operarios revolucionarios para formar, em cada Paiz, o bloco de combate contra o «capital». Ligados os blocos dos varios Paizes, constitue-se a Internacional Operaria. Bandeira vermelha, o quartel-general em Moscou. Repugnante desnacionalisação. Anti-patriotismo contra natura.

Fazendo face a essa frente unica, póde em cada Paiz formar-se o bloco dos syndicatos patronaes.

Tal é, nos termos da doutrina de Marx, o instrumento de «guerra de classes», que se encontra instalado em todos os Paizes de regimen «liberal», ou «burguez», ou «capitalista», que tudo são synonymos no dictionario d'essa escola.

Todavia, em contraposição a este Syndicalismo Internacional, exercito permanente da lucta civil, demolidor das industrias, e da felicidade dos Povos, — existe, ou pode existir, o Syndicalismo Nacional, órgão das cooperações fecundas, criador da paz, da riqueza e da força.

Funda-se o Syndicalismo Nacional nas aggregações chamadas «verticaes». Quer dizer, no systema d'agrupamento segundo o qual se reúnem, sob o signo da mercadoria que fabricam, todos aquelles syndicatos operarios, technicos e patronaes que concorrem para o mesmo fabrico.

Dentro d'estes agrupamentos, verticalmente formados, subsistem, claro está, os antagonismos naturaes entre os syndicatos das classes diversas (operarias e patronaes) que entram na composição de cada agrupamento; mas é certo que esses antagonismos se encontram orgânicamente dominados pelo interesse comum superior representado pela manufactura, que é obra do concurso de todos, e da qual todos vivem, operarios, technicos e patrões.

Esta organização canalisa pois automaticamente os entendimentos reciprocos, sob a lei da equidade. Porque se não houver equidade, não haverá entendimentos. E se não houver entendimentos não haverá producção capaz, nem por consequencia venda possivel, em condições remuneradoras. Isto é, falirá a industria, resultando fome geral. Todos veem isto, e o receio é um magnifico conselheiro. Assim o principio do entendimento equitativo impõe-se, por influencia das circunstancias organicas, ao animo de todos, operarios, technicos e patrões.

E a lei da equidade nas relações reciprocas, significa a compenetração benevolente das classes diversas, e a pratica da cooperação em todos os sectores da machina economica.

Segundo este methodo d'organização, a lista das producções do territorio Portuguez identifica se desde logo, mais ou menos com a lista dos agrupamentos economicos que precisamente vão formar-se em torno de cada uma d'essas producções. Vinho ou azeite, fructas ou pescaria, conservas ou cortiça, papel ou adubos, cimento, ou lanificios, etc., etc., serão outros tantos possiveis agrupamentos economicos.

E nos diversos pontos onde agrupamentos elementares se constituam, o circulo envolvente de cada uma d'essas producções abraçará os mutuos antagonismos dos respectivos productores, operarios, technicos e patrões, governando e disciplinando, os desejos ou exigencias de cada classe, dentro dos limites da viabilidade da industria.

O circulo envolvente de cada producção, representa com efeito, para o lado de dentro, concordia e eficiencia; mas representa ao mesmo tempo, para o lado de fóra, um egoismo, em face d'outros egoismos, que são os dos agrupamentos analogamente organizados, da producção, circulação, commercio e consumo. E' facto.

Mas por cima de todos esses egoismos ou antagonismos, existe, comum a todos elles, um interesse mais alto, que é o interesse do desenvolvimento, e da actividade geral economica, da sua Região e do seu Paiz, sem os quaes essas diferentes producções, ou serviços, não encontrarão mercados nem poderes de compra, que lhes abram e garantam a indispensavel sahida e colocação lucrativa.

Ou, por outras palavras, verifica-se logicamente a necessidade organica, em cada Região, dum novo circulo mais amplo, quer dizer d'um agrupamento economico superior, com o titulo por exemplo de Conselho Economico Regional onde, por meio de delegados, se realice a confederação regional de todos os agrupamentos particularistas da producção, circulação, commercio e consumo, conjunctamente com os representantes economicos da Administração Publica na Região.

E, por raciocínio semelhante, aplicado aos egoísmos das regiões, somos conduzidos a compreender a necessidade d'um Conselho Economico Nacional, representativo do Interesse economico do Paiz em globo, dentro do qual Conselho, composto por delegados dos grandes agrupamentos regionaes, e por representantes da Administração Publica e da competencia technica e juridica, se harmonisem, sob a lei fundamental da equidade reciproca, e das efficacias nacionaes, os egoísmos de todos os ramos productores e trabalhadores, realisando-se de facto a Cooperativa geral e nacional da Economia Portuguesa.

Eis, em esboço leve, o sistema organico que preconisamos. Ao abrigo d'elle, vê-se bem que os «Syndicatos», fócios de conflicto, enquanto funcionam isoladamente, passam a tornar-se, pelo contrario, dentro dos respectivos agrupamentos economicos, em fiscaes da ordem justa, e da eficiencia productora, corrigindo reciprocamente as eventuaes tendencias abusivas de cada Classe (operaria ou patronal), e encaminhando, sob a pressão do interesse comum, os acordos salutaes, fundados nos aperfeiçoamentos technicos, e remodelação de methodos industriaes. Tratando emfim todos os assumptos concernentes á melhoria das condições do trabalho, e á cooperação entre patrões e operarios, e bem-estar e progresso d'estes ; com ressalva, claro está, visto que onde falta o chefe, falta a efficacia, dos assumptos que afectem directamente a auctoridade patronal, na esphera particular da administração economica da respectiva fabrica, ou empresa.

Sem justiça não ha paz. E as benções d'esta compensarão de sobra, e á larga, os abatimentos que cada classe haja d'impôr ao possivel excesso das suas reivindicações.

Isto quanto ao Social-Economico.

\*

Quanto ao Social em geral, é evidente que a coherencia do systema organico aponta desde logo a Instituição da Familia, e não o individuo, como celula primaria da Sociedade organizada. A estabilidade e a dignidade do «Lar» familiar assegura e representa a estabilidade e a dignidade do «Lar de todos os lares» que é a Patria.

Esta simples definição contém dentro de si vastas consequencias d'orientação governativa.

Se nós consideramos a Familia como pedra angular do edificio social, e como chave da consagração e do desenvolvimento do Reino, a Familia tem de ser protegida como tal e incluir-se como elemento da Constituição politica do Paiz. O Codigo civil e a legislação civil, consagrarão os vinculos religiosos do casamento, e estabelecerão um regimen de successões protector do patrimonio familiar. A legislação politica e fiscal regularão os direitos politicos, votações e taxas dos impostos por forma que, aos chefes de Familia, seja tomado em conta o numero de pessoas que tem a seu cargo. Em resumo, terão de sancionar-se, em todos os aspectos sociaes, economicos e politicos, os direitos da Familia como pessoa colectiva juridica, e celula-base da Nação organizada e constituída.

\*

O agrupamento social imediatamente superior á Família é o Municipio que se define como comunidade natural de Famílias, ligadas umas a outras por razão de vizinhança proxima. Tem principio em si mesmo esse agrupamento, correspondendo á necessidade de colocar o lar domestico em contacto e convivencia com a sociedade publica. E é seu objecto servir os interesses da comunidade localisada, competindo-lhe logicamente a auctoridade precisa para esse efeito.

São pois de natural direito as autonomias municipaes, devendo o municipio considerar-se soberano no seu territorio para os fins da sua administração propria.

Eis o conceito organico do municipio, com o qual se conforma a tradição portugueza (1.º periodo), e com o qual não se conforma, nem pode conformar, o conceito liberalista, essencialmente inorganico.

Segundo o liberalismo, com efeito, o municipio não se considera como instituição social natural, mas sim como simples divisão administrativa, com principio no poder central, que, ainda por cima, administra os interesses municipaes ao sabor dos interesses eleitoraes.

Ao erro deste conceito liberalista, e ás suas perniciosissimas consequencias, já atraz aludimos. Para confirmal-o basta ler a historia das instituições municipaes portuguezas. Não insistimos, portanto.

A reunião de municipios, na base da tradição e das circumstancias geograficas e economicas, dá origem por sua vez, a grupos naturaes mais amplos, a quem segundo o systema organico deve caber a autonomia inherente á posição, que occupam, d'intermediarios entre os municipios e o poder superior do Estado. As juntas de provincia e districtaes, desde o momento em que se estabelecesse o nosso regimen, descentralizador de facto porque acaba com partidos constitucionaes, e eleições inorganicas, passariam a ser com efectividade os gerentes dos interesses da sua area, e a exercitar a serio dentro d'ella as funcções d'administração publica e fiscalisação municipal, com uma independencia e auctoridade, que a forçosa centralisação do liberalismo nunca lhes consentiu, nem poderia consentir. O que é local entraria a valer na competencia da Administração local.

\*

Acima nos referimos aos agrupamentos sociaes com fins economicos, organizados em volta de cada um dos artigos da nossa producção, ou dos varios serviços da circulação e commercio.

Vemos que, por esse systema, se fundam verdadeiras instituições gremiaes ou corporativas, suprimindo o distanciamento que a essencia do regimen liberalista veio criar entre o Operariado e o Patronato. Estabelecendo peio contrario, entre um e outro, vinculos organicos de cooperação, e amalgamando em bloco associativo os interesses geraes de cada industria, ou serviço.

Promotoras do acôrdo recto dentro de cada sector economico, essas instituições gre-

## ACÇÃO REALISTA

mias ou corporativas serão também por natureza própria, protectoras dos interesses privados das classes assim agrupadas.

E essa função de concordia, bem estar, e eficacia industrial, requer, claro está, para seu exercicio util os órgãos juridicos adequados e certas autonomias. De modo que as ditas Instituições gremiaes, ou corporativas, possam actuar de facto como a expressão conjugada dos interesses profissionaes com a auctoridade publica.

A legislação do Reino habilitará portanto essas Instituições, não só com faculdades proprias para regular as condições do trabalho e a aprendizagem, e em geral para estimular e promover todos os avanços da industria e todos os progressos moraes e materiaes do operariado, mas também com poder legal para intervir na solução pacifica de conflictos sociaes, e regulação do direito de gréve, assim como para a instauração de Conselhos Paritarios. Entende-se por este ultimo nome as instituições de direito publico que consistem em comissões mixtas, com equal representação operaria e patronal destinadas a estudar e convencionar, entre o Capital e o Trabalho, as soluções de justiça.

\*

Por medida de salvação publica ha que elevar ao maximo o rendimento productivo do Paiz. Temos terrenos e recursos completamente desaproveitados, e outros aproveitar dos ou cultivados com intensidade inferior áquela que seria atingivel sem esforços muito extraordinarios.

Deixa Portugal sahir do seu territorio varias materias primas, minerios, cortiça, cacaos, oleginosos, etc., etc., nas quaes não toca, ou só parcialmente toca, com o seu trabalho de transformação.

Claro que isto representa na Economia Nacional o desialque correspondente ao preço d'esse trabalho transformador, que nós não só não fazemos, mas, ainda por cima, pagamos quando a materia prima exportada nos volta, por importação, sob a forma de manufactura.

Succede-nos isto, em parte pela forma do regimen, e pelo espirito espoliador e ignaro ou criminoso dos governos que tem exercido o poder publico. Em parte por insuficiencia de capitaes. E em parte, finalmente, por insuficiencia de sabedoria technica difundida, e insuficiencia de connexão intima, entre a Economia, e os progressos das sciencias applicadas, chymicas, metalurgicas, mechanicas e electricas. E' sobre este ultimo ponto que diremos aqui duas palavras.

Pretendemos valorisar nos pelo trabalho da Agricultura e da Industria, e temos a consciencia plena de que a alavanca dos progressos agricolas e industriaes existe na applicação de methodos scientificos, para a qual não está bem preparada a educação e instrução do Paiz.

Pelo contrario na nossa terra segundo conceitos de vida, bastante habituaes, os estudantes e o publico mais visam em regra a colocação official e burocratica do que a aquisição e o exercicio de conhecimentos com valor pratico. Conceito evidentemente improductivo, e nada estimulante do trabalho. Nasce fatalmente das necessidades de captação de votos, que levam os governos ao favoritismo e ao augmento dos seus quadros d'em-

pregados, e levam o povo ás tendencias da empregomania. Esta causa corrige-se pela implantação da Monarchia organica, que não tem que captar votos.

Mas ha uma segunda causa que reside na propria essencia do systema d'Instrução Publica, o qual systema, para tornar viavel a reconstituição nacional, reclama sem duvida funda reforma no sentido technico.

Compreenda-se no entretanto que esse grande alargamento da instrucção technica que julgamos indispensavel tem apenas por fim corrigir o actual desequilibrio de profissões prejudicial ao Paiz. Mas não significa por forma alguma o abandono dos outros ramos da laboração intellectual. A Patria sustenta-se pelo Idealismo patrio. E para alimentar este, é preciso que haja nos cimos da sociedade um escol d'almas elevadas, e de cerebros inteligentes eruditos e cultivadores das Humanidades e da Historia, e em particular da Historia da Patria Portugueza. A formação d'esse escol, representativo do Nacionalismo consciente e ardente, é obra continua que pertence ás Universidades. Esta obra representa uma funcção nacional, como a obra do ensinamento technico. Ambas as funcções teem de exercer-se. Mas em termos proporcionados, de modo que não resultem desequilibrios, inconvenientes para os individuos e para a collectividade.

\*

A doutrina orgânica considera o Ensino, não como funcção centralizada do Governo, mas como funcção social, cujo exercicio o proprio Governo estimula, favorece e protege, por todos os meios ao seu alcance, mesmo eventualmente por subsidios, nos casos e termos em que o julgue oportuno.

Assim as Provincias, Districtos, Municipios, Corporações, Associações, e em geral todas as collectividades e individuos, teem o direito d'estabelecer livremente por conta propria, dentro das leis geraes do Estado, centros docentes, com a organização, methodos e programas que julguem melhores. E teem o direito tambem d'expedir os correspondentes *diplomas academicos* para exercicio de profissões, excepto tão sómente d'aquellas cuja pratica incompetente envolva risco publico.

Sem prejuizo de que o Estado mantenha por seu lado, as suas Universidades e Escolas de Sciencias, Letras e Artes, e as suas Escolas gratuitas d'instrucção primaria.

A bem da eficacia moral, civica e nacional, todo o ensino incluye na base alguma forma d'instrucção religiosa.

A todos esses estabelecimentos ensinantes officiaes ou particulares, será conferida personalidade juridica, a fim de que possam receber donativos, subsidios ou legados, e possuir, administrar, comprar, vender e realizar emfim todas as operações conducentes á sua sustentação, e progresso dentro das finalidades da sua instituição.

Para si proprio, reserva o Estado a faculdade exclusiva d'expedir *diplomas profissionais*, e d'organisar as provas para obtenção d'esses diplomas em condições d'egualdade entre os candidatos provenientes de cursos officiaes, e os que venham de cursos particulares. E reserva o Estado ainda o direito da fiscalisação sobre todo o ensino, quanto á observancia das leis geraes d'hygiene, moral e ordem publica.



E' a Religião reconhecida, pela doutrina organica, como a força moral de mais alta capacidade para dominar os instinctos e paixões dos homens, e para estimular estes na pratica da dedicação patriótica, e da caridade mutua, virtudes sem as quaes não perderam nações constituídas, nem a ordem social se mantem.

Mal poderá, mesmo um atheu, contestar de boa fé este aspecto politico social, em que encaramos o facto religioso, abstrahindo, aqui, dos particulares conceitos da crença catholica.

A afirmação acima feita equivale a dizer que a doutrina organica considera a defeza da Religião como dever e objectivo d'Estado. Convindo acrescentar que, visto a Nação Portugueza ser obra da Cruz de Christo e viver incorporada desde os seus fundamentos, secularmente e inseparavelmente, com a Religião Catholica, á fé da qual deve os fastos mais brilhantes assignalados e redemptores da sua Historia, nenhuma duvida existe, nem póde existir, no animo dos portuguezes de raiz, mesmo que não sejam catholicos praticantes, de que é a Religião Catholica aquella que cumpre ao Estado Portuguez acatar e defender sobre qualquer outra.

Estado Nacional Portuguez — note-se bem — que é o Estado que respeita os seus antecedentes portuguezes e os sentimentos, as instituições e os costumes que criaram a existencia nacional, e não, pelo contrario, o Estado que renega, desmente e contradiz o Passado, e a sua propria entidade historica, para se tornar adepto de seitas internacionaes, e alto executante de mandados estrangeiros no governo das gentes portuguezas.

N'esses termos, o Estado Portuguez assegurará á Egreja Catholica o exercicio da sua missão espiritual, garantindo para esse efeito á mesma Egreja as liberdades de viver e funcionar segundo a sua fé, constituição e disciplina; de prégar, ensinar e prover á assistencia religiosa dos fieis; e d'ocupar-se d'obras sociaes. Em resumo, as liberdades de culto, associação e ensino.

Para que essas liberdades se exercitem na forma conveniente, dando a Deus o que é de Deus, e a Cesar o que é de Cesar, haverá uma concordata feita de acordo com a Santa Sé, na qual se definam as modalidades praticas da harmonia entre o Estado e o Sacerdocio.

Na coherencia d'este systema o Estado reconhece á Egreja Catholica, e suas associações. personalidade juridica, e capacidade para adquirir e possuir edificios e bens, e administral-os nos termos do Codigo civil, e em concordancia com os fins religiosos, mo-

Na coherencia d'este systema o Estado reconhece á egreja catholica e suas associações, personalidade juridica, e capacidade para adquirir e possuir edificios e bens, e administral-os nos termos do Codigo civil, e em concordancia com os fins religiosos, mo-  
raes e sociaes, da sua instituição.

Conforme a tradição consecutiva da Monarchia Portugueza, e as mais indiscutíveis conveniencias do exercicio da Soberania, o Estado proseguirá, nos Dominios Ultramarinos, a sua obra de civilização com o concurso d'Ordens Religiosas Misslonarias, escolhendo para este fim congregações nacionaes ou nacionalisadas, e protegendo e auxiliando no Ultramar as missões respectivas, e na Metropole os noviciados, centros d'educa-

ção, e mais institutos precisos para a manutenção da Obra Missionaria. E na Metropole, ainda, protegerá também as ordens religiosas da sua escolha, cujo estatuto tenha em vista assistencia hospitalar, casas d'albergue e tratamento de velhos e enfermos, regeneração moral e physica de crianças e adultos, e outras fundações de caridade e utilidade publica.

Os cultos não-catholicos, ocioso será dizel-o, gosarão da protecção das leis, segundo o principio geral da liberdade de consciencia.

Referimo-nos, claro está, não á liberdade do fóro intimo, que seria mesmo absurdo discutir, mas ás licitas exteriorisações não publicas.

Entendendo-se, todavia, que, por sua parte, os ditos cultos não-catholicos evitarão infringir, ou ofender, as fronteiras da ordem publica, e as superiores finalidades da Nação constituida.

\*

Mais ou menos caracterisados, como ficam, os conceitos sociaes organicos que nos parecem de mais fundamental consequencia, definiremos o conjuncto da nação organizada pelo seguinte quadro d'agrupamentos :

1.º *Provincias*, com as *Famillias* na base, envolvidas estas pelos municipios, e estes pelas *Juntas Provinciaes* ;

2.º *Profissões Economicas*, com os *Syndicatos* na base, envolvidos estes pelas *Corporações*, e estas pelos *Conselhos Economicos Regionaes* ;

3.º *Profissões Liberaes* (Ordem dos advogados, dos medicos, dos engenheiros, e analogas) ;

4.º *Universidades, Escolas, Academias e Sociedades Scientificas, Litterarias e Artisticas* ;

5.º *Misericordias, Confrarias e Instituições d'Assistencia, Previdencia e Auxillo Mutuo* ;

6.º *Instituições da Egreja, do Direito e da Defeza* (abrangendo n'esta, Exercito, Marinha, Aviação e Diplomacia).

E' por intermedio d'estes organismos sociaes permanentes, — raça enreizada nas suas terras e domicilios, — actividade trabalhadora economica e intelectual, — e força moral e material, — que se exerce a vitalidade permanente da Nação, e as suas funcções permanentes, physicas e espirituas. E á sombra d'esses organismos, e identificada com elles, que a Nação prolonga indefinidamente a sua existencia, apezar da mortalidade dos homens, e a sua unidade e a sua agregação tenaz, apezar das versatilidades, fraquezas, e caprichos da alma humana.

Ou, por outras palavras, a personalidade definida e persistente da Nação, atravez dos seculos, e a coherencia da sua evolução historica, estão em intimas connexões, de causa para efeito, com o encadeamento das Familias, realisado ao abrigo dos ninhos patrimoniaes, que as leis da *propriedade* e da *successão* garantam : com a solidez do arcabouço social que as colectividades organicas constituam, como receptores e acumuladores continuos das iniciativas sociaes, da intelligencia e do sentimento ; e, finalmente, com a flo-

rescencia e influencia das Instituições Religiosas, Juridicas e Militares, nervo e alimento das virtudes criadoras e conservadoras das Nações e dos Estados.

O quadro acima mostra que a Nação organizada se forma com uma serie d'interesses, economicos, intellectuaes e moraes, tambem por sua parte organizados. Entre estes elementos, que são pessoas juridicas separadas, existem diferenciações intrinsecas, e finalidades distinctas. Podem n'estas circumstancias suscitar-se acções e reacções desencontradas ou antagonicas. Reconhece-se pois a oportunidade de aplicar, á organização Nacional, esse mesmo principio que applicamos á organização economica, quer dizer, o principio da absorpção, ou de neutralisação, dos antagonismos eventuaes, por intermedio d'um circulo envolvente d'interesse comum, d'ordem mais elevada.

Assim, reunidos, em Assemblêa Nacional, os representantes de todos esses interesses organizados (economicos, intellectuaes, e moraes) a ideia da Patria será a envolvente superior dos seus eventuaes antagonismos, levando esses diversos interesses a resolver a equação, das suas possiveis divergencias particulares, em relação ao interesse Geral mais alto da mesma Patria, considerado, por todos, como constante, intangivel e sagrado.

Isto, claro está, presuppõe a existencia de Patriotismo. Mas onde o não haja, tambem não ha Patria. E então mais logico seria abandonarmos toda a especie de methodos e d'esforços. Mas não. Os Portuguezes teem Patriotismo. O que lhes tem faltado são Governos com capacidade, direito, e força moral, para chamal-os a capitulo n'esse terreno das abnegações. Visto que estas devem principiar por cima.

E essa Assembleia Nacional, quer dizer as Côrtes Geraes da representação orgânica, iutegrariam de facto, dentro, ou junto ao Estado, a Confederação superior de todos os orgãos, funcções, e profissões, que configuram e caracterisam, em todas as suas modalidades, actividades e atributos, a complexa entidade collectiva, que é a Nação Constituida.

Teriamos, em resumo, uma legitima Representação Nacional. Isto é, teriamos o alicerce necessario para assentar a organização d'um Estado Nacional. Entendendo-se por Estado Nacional, ou Estado-Nação, aquele Estado que dirige e manda em contacto directo e immediato com o Povo organizado, — sem o intermedio de partidos cubiçosos e de parodias eleitoraes.

Essas Cortes Geraes poderiam ser de 2 Camaras, visto que ha logar para que se estabeleça diferenciação, entre os agrupamentos naturaes localizados (Rubrica 1.<sup>a</sup> — Provincias, Municipios e Familias), dentro dos quaes as Familias e Individuos exercem a plenitude da sua vida domestica e publica; e os organismos, ou instituições (rubricas restantes) em que os Portuguezes exercem a particular actividade do seu trabalho.

E, em qualquer hypothese, a Representação Nacional constitue-se com a maior facilidade, atendendo a que os naturaes representantes dos agrupamentos naturaes, organismos sociaes, ou instituições d'Estado, são as respectivas Presidencias, sem necessidade d'eleição especial, e anexas perturbações.

Reclama a voz do Povo, ha muito tempo, e agora mais que nunca, — que se governe nacionalmente, quer dizer que se governe pelo Povo, e para o Povo, em obediencia, e em proveito das massas trabalhadoras e productoras (tomada a palavra «trabalho» na sua plena acepção, physica, intelectual, e moral). E que, pelo contraria, não se governe partidariamente e sectariamente, em obediencia e proveito de camarilhas politicantes, seitas secretas, e revolucionarios d'oficio.

Mas essa justissima reclamação do Povo não póde evidentemente ser satisfeita, — como de facto o não tem sido, — emquanto essas grandes massas do trabalho e da producção não estiverem em casos de sustentar *politicamente* o almejado Governo Nacional, contra as minorias organisadas, isto é, contra as facções partidarias ou sectarias, profissionaes da parasitagem e da desordem.

Ora precisamente esse apoio politico das grandes massas organisadas do trabalho, e da producção, não tem cabimento dentro dos regimens parlamentaristas, (republicanos ou monarchicos).

Portanto, oh! Povo, vamos para a Monarchia Nacional orgânica, ou vamos para o fundo.

Fica á tua sabia escolha.

*H. de Paiva Conceiro.*

*Nós não queremos oprimir o proletariado. Muito do contrario, queremos elevá-lo material e moralmente. Mas não pensamos que o número, a massa, a quantidade, possam um dia criar um novo tipo de civilização. Abandonamos esta ideologia a quem deseje professar a sua misteriosa religião. . .*

*MUSSOLINI.*

## TRADIÇÃO MILITAR

## III

Está dito ha muito, e jubilosamente o tem repetido todas as côres liberaes, os exercitos são órgãos de despeza. Os filosofos pacifistas nunca deixaram de se referir ás aglomerações improductivas, que são as forças militares. E ainda lhes não ocorreu que, mesmo no tempo da guerra, a energia que os exercitos desenvolvem é apenas uma parte d'aquela que toda a nação lhes fornece. Mas teriam razão se o dissessem, porque é do conjuncto da energia nacional que depende a derrota ou a victoria definitiva.

E, todavia, a unica situação em que essa energia se manifesta por completo é a da lucta aberta ; e é o exercito o órgão que serve para a efectivar. Durante os periodos de paz apenas armazenou forças, que tem que conservar, *em potencial*, por assim dizer, para as dispendir, aceleradamente, durante um tempo de lucta sempre mais breve. Foi sob este ponto de vista que a facilidade de comunicações mais transformava o conceito da guerra, tornando impossivel o circunscrever os seus effeitos a uma curta zona, sem que os sentisse o resto da nação.

Portugal, com pequeno territorio e pouco numerosa população, sem grandes riquezas que lhe permitissem, como por exemplo, ás republicas italianas, sustentar fortes contingentes de mercenarios, foi na Europa a primeira nação a intervir em bloco nas luctas nacionaes. Terminou cedo o periodo da reconquista que exigia uma força permanentemente empregada em luctas de fronteira, força que aprestavam e desenvolviam as ordens militares. Por esse motivo se tornou necessario preparar uma milicia nacional que não tinha que ser empregada constantemente mas que a qualquer momento teria que actuar. Por esse conjuncto de condições especiaes, entre nós se desenvolveu, mais cedo que em qualquer outra nação, o instituto militar na sua forma moderna. Teve periodos de decadencia mas sempre manifestou a sua vitalidade quando chamado a exercer a missão que lhe fôra incumbida.

A crescente complicação da guerra tornou impossiveis as milicias com a sua forma primitiva, mas, enquanto elas existiram, ficou sempre no exercito o espirito de regionalismo que era a base dessa organização. Bem claramente alude Beresford a ele em varias das suas ordens e mais em especial na datada de 29 de dezembro de 1813, em Ustaritz.

E' inutil insistir sobre essa verdade palpavel de que o exercito, condensador de energias, seria tanto mais apropriado ao seu destino quanto mais se adaptar ao espirito nacional donde elas lhes provéem. Mas é necessario fazer notar que as suas condições de existencia são diferentes das de qualquer outra organização atravez da qual se manifesta a nação. Todos essas organizações com effeito estão em constante trabalho de transformação das forças que recebem. Nenhum organismo social se destina a fim equivalente ou sequer comparavel a aquele para que foram creados os exercitos, que, por isso,

não póde derivar directamente de nenhum d'eles. Formulas inconfundiveis necessario é que lhes correspondam aspectos distinctos. A vida militar é uma manifestação singular da vida nacional.

Não podendo viver d'outra organização, o exercito que não quizer falsear a sua missão (descendo, por exemplo, como os exercitos liberaes, a simples órgãos de baixa politica) é obrigado a viver de si proprio. A sua existencia depende do seu passado ; o espirito militar é o mais tradicionalista de todos os espiritos de classe.

Manter as tradições de um exercito é augmentar a sua eficiencia. Assim o comprehenderam em toda a parte os organisadores dignos desse nome. Mesmo uma subita explosão de entusiasmo patriotico não substitue esse resultado do trabalho de seculos, que é a tradição, para a qual as razões apelam em todas as crises graves. Aquela pode ser de efeitos violentos mas é de natureza pouco duradoira ; representa um esforço demasiadamente grande para ser continuado.

Seis ou oito anos depois da revolução de 1640, Portugal estava cansado de guerra e reduziu-se a uma estricta defensiva. Os esforços e as despesas da lucta pareciam aos procuradores dos concelhos incomportaveis ás riquezas da nação. Mas a guerra prolongou-se, e teve finalmente a duração bastante para formar a sua propria tradição. A geração dos grandes esforços, da fase decisiva, a que venceu em Montes Claros e invadiu a Andaluzia, foi a geração seguinte á dos auctores da revolução. Mais energicos apenas por serem mais novos ? Não só por isso, mas tambem porque neles se acumularam as energias de duas vidas.

Pode evidentemente acontecer (e mais de uma vez aconteceu entre nós) que uma tradição enfraqueça até ao ponto de desaparecerem as suas manifestações activas. E' necessario então ir accordá-la, traze-la novamente a actuar na vida nacional. E' o esforço que tem sido feito em Portugal, primeiro por alguns apenas, hoje por muitos já.

Mas não é possivel substituir arbitrariamente as tradições obliteradas, seja por outras, seja por principios abstractos.

Os esforços jacobinos teem-se exercido em Portugal, de ha cem annos a esta parte, com alternativas de intensidade e estacionamento, mas sem nunca discontinuarem. Seria extraordinario que não houvessem produzido algum efeito. E, sob o ponto de vista militar, eles conseguiram diminuir consideravelmente a eficiencia do exercito nacional. Acto em parte voluntario, em parte simples consequencia não premeditada, assumiu todavia uma evidencia indiscutivel, conseguindo reduzir a distincção que deve existir entre a vida civil e a militar. A pouco e pouco, o liberalismo fez desaparecer aqueles militares que nada viam fóra da sua profissão e que tinham por ela o respeito que lhes poderia fazer dizer como ao capitão «Canne de Jonc» de Vigny : — «je n'ai pas voulu que l'apparence même fût contre moi», ou repetir aquelas palavras de uma ordem de Beresford — «a honra e palavra de um official não deve ter macula nem ser suspeitosa.»

Foram substituidos pelos officiaes cheios de compromissos maçonicos e politicos, que viam na sua carreira um comodo emprego e um meio facil de obter uma mais rendosa situação.

Era natural que isso acontecesse dentro de uma sociedade liberal, e, portanto, em uma hierarquia fundada sobre uma fortuna pessoal a que não correspondem nenhuma

## ACÇÃO REALISTA

obrigações, e dentro da qual os militares se não distinguem, por direitos ou por deveres, fóra de casos restrictos.

Entrados no tipo do *cidadão*, segundo o criterio liberal, tornou-se inevitavel que os militares raciocinassem como esse criterio aconselhava, e tendessem a obtenção da fortuna pessoal.

Por isso na sua maioria se desinteressaram de uma profissão, que para eles se traduzia por minguados proventos; quando dela se não serviram para actos desonrosos mas proprios para lhes facilitar o acesso a cargos bem remunerados. <sup>1</sup>

Esse relaxamento de character, sugerido e ás vezes imposto aos militares, foi tornado possivel pela quebra das tradições. E, quando ha tanto tempo se fala da crise de caracteres, não é inutil mostrar que a simples conservação de certos principios permitiria combate-la, ao menos em alguns meios.

Basta reflectir um momento sobre o procedimento dos militares em 1834 e em 1910, salvas num e noutro caso as excepções.

Pode acontecer, sem duvida, que um dia o exercito portugûes se revele incapaz para a sua missão na guerra em circumstancias de extremo perigo nacional. A Nação Portuguesa sofrerá então directamente a consequencia da quebra das suas tradições militares.

Mas ela sofre, entretanto uma acção deprimente contínua com a diminuição do amor da profissão e do respeito proprio.

19-10-924.

*G. de M.*

---

<sup>1</sup> Os exemplos abundam; nem será necessario lembrar um ajudante do ultimo ministro da guerra da Monarquia, que conspirava com os republicanos, nem um comandante do grupo a cavalo de Queluz que fugia do quartel numa revolução para o mandar atacar por um grupo civil; a ambos a republica fez ministros.

*Monarquicos, — concorrei para a subscrição do diario da  
Acção Realista Portugueza.*

# Acção Realista Portuguesa

## TELEGRAMA DE EL-REI

S. M. El Rei dignou se responder nos seguintes termos ás felicitações que a Comissão Executiva da A. R. P. lhe enviou, em nome do nosso movimento, por motivo do seu aniversário natalicio :

*«Muito grato agradeço Acção Realista Portuguesa suas calorosas saudações.*

*Ourem»*

## DR. ERNESTO GONÇALVES

O semanário *A Realeza*, que se publica em Vila Real, inseriu no seu ultimo numero um interessantissimo artigo do nosso camarada dr. Ernesto Gonçalves, acompanhado das seguintes palavras que muito nos apraz registar :

«Um novo colaborador vem hoje honrar as colunas de «A Realeza». E' o illustre director da «Acção Realista», Sr. Ernesto Gonçalves, um moço cheio de fé nos destinos da Pátria sob a Monarquia, fé que uma intelligência lucidissima, sempre posta ao serviço da Nação e do Rei, alimenta quem hoje dá mostras do seu belo talento aos nossos leitores, no admiravel artigo que publicamos em fundo.

Oxalá possamos ameadadas vezes admirar nas páginas do nosso modesto semanário — tão modesto que quasi consideramos imerecida a honra que o brilhante jornalista nos conferiu — outros artigos que nos possam deleitar com a sua leitura e orientar no caminho a seguir com as verdadeiras doutrinas monarchicas tão proficientemente nelas expostas.

E' o ardente desejo que temos de ver espalhadas por toda a provincia de Traz-os-Montes com a mestria que nos falta — e que a melhor da nossa vontade não pode suprir — os são principios da Monarquia Portuguesa, aqueles que nos podem ainda salvar do lamaçal de ignominia em que a imbecillidade e os crimes de politicos sem escrúpulos nos foram pouco a pouco precipitando, que nos leva a formular o desejo de que o Sr. Ernesto Gonçalves continui a honrar-nos ameadadas vezes com os seus autorizados artigos.

Ao nosso distinto correligionário e illustre director da «Acção Realista» aqui deixamos expressos os nossos melhores agradecimentos.»

Parte brevemente para a Madeira o sr. dr. Ernesto Gonçalves, que, como membro da Comissão Executiva da A. R. P., tratará de todos os assuntos relativos á propaganda e organização do nosso movimento nessa ilha.

Durante a sua ausencia, a «Acção Realista» será dirigida pelo sr. dr. Caetano Beirão.

## «O OBJECTIVO DA ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA.»

A Junta Municipal da Acção Realista Portuguesa, que tem como função, dentro da hierarquia do nosso movimento, fazer a propaganda da nossa doutrina dentro de Lisboa, num contacto mais intimo com todos os que valem e trabalham, iniciou uma serie de conferencias, a primeira das quais foi feita pelo sr. dr. Alfredo Pimenta. O tema da conferencia tem uma flagrante actualidade : o nosso illustre camarada, que tem dado ao serviço da Patria todo o valor da sua cultura e da sua tenacidade e brilho de jornalista, falou diante duma assistencia de mais de quinhentos monarchicos, de todas as classes sociais, onde se viam numerosos operários. O illustre conferencista, versando o tema do *Objectivo da Acção Realista Portuguesa*, tratou primeiro da parte doutrinaria, e depois dos fins politicos do nosso movimento.

A Acção Realista Portuguesa — disse — defende a Monarquia tradicional, organica e anti-parlamentar. A nossa doutrina é anti-liberal, anti-democratica. Queremos uma Monarquia bem portuguesa, enraizada na tradição, porque cem anos de democracia já nos prováram a falencia do Parlamento e de todas as mentiras democraticas. O conferencista desenvolveu a tése de que o Estado deve ser nacional, adaptado á nação, como um órgão verdadeiro do seu interesse. Fala depois no nosso sindicalismo, que é o unico que pode salvar o operariado das miragens criminosas — para o interesse de todos, e principalmente para interesse dos operarios, — do comunismo sovietico. Trata da educação das novas gerações e da necessidade de não as abandonarmos a erros antinacionais. «Os republicanos perderam a minha geração, nós temos o dever de salvar os novos!» Toda a doutrina da A. R. P. foi exposta pelo dr. Alfredo Pimenta com competencia e um metodo firme.

Na segunda parte da conferencia, foi focado o

objectivo politico da A. R. P. Historia como nasceu o nosso movimento — e faz lembrar quantas calunias, quantos equívocos, quantas más vontades, assaltaram o nosso caminho. Nunca desfalecemos porque só queremos servir. As intrigas pessoais com que nos combateram nada conseguiram. A A. R. P. conta com muitos valores e numerosas boas vontades. Não somos um partido. Dentro do nosso movimento as pessoas na ta valem, só as ideias contam. Queremos servir a Patria e, por isso, queremos espalhar por toda a parte a ideia monarchica, semeá-la, levá-la ao povo. E' necessario entrarmos num periodo intenso de propaganda. A auctoridade do Rei deve ser nitidamente estabelecida. E' um ponto de capital importancia. Para haver unidade, é necessario que o poder do Rei se fixe em limites superiores e claros. Fala depois da organização da Causa Monarchica e da reforma do Conselho Superior. O Conselho Superior tal como está presentemente é inapto para qualquer acção fecunda. E' uma caricatura do Parlamento. O Conselho Superior deve ser um organismo simples e homogéneo, flexivel e activo, competente para mandar e organizar. Quando se pensar a sério na reforma do Conselho Superior, a A. R. P. não hesitará em enviar os representantes que o valor da nossa doutrina, e as razões nacionalistas que nos orientam, impõem. Depois de a Causa monarchica estar vitalizada, então poderemos pensar em organizarmos a Revolução Nacional, em nome do Rei. Mas, antes, devemos monarchizar a sociedade portuguesa, levar a toda a parte, pela propaganda dos oradores, a ideia monarchica.

Deixámos para o fim desta noticia muito resumida, uma das declarações que o dr. Alfredo Pimenta fez em nome da A. R. P. Referimo-nos ao problema religioso. A A. R. P. não vê este problema com subtilezas e astucias politicas. Tradicionalistas como somos, consideramos a Igreja um valor nacional, uma das mais profundas raizes nacionais. Como catolicos e como portugueses, reconhecemos á Igreja toda a sua liberdade. Dentro da Monarchico tradicional, organica e anti-parlamentar, a Igreja gozará da máxima liberdade: *aceitaremos a sua vontade.*

A falta de espaço não nos consente dar uma noticia mais desenvolvida da esplendida conferencia

do dr. Alfredo Pimenta, que foi continuamente interrompido por grandes aplausos da assistência.

As proximas conferencias serão feitas pelos srs. Conselheiro Antonio Cabral, dr. Alvaro dos Reis Torgal, dr. Laertes de Figueiredo, dr. Caetano Beirão e dr. Ernesto Gonçalves. Oportunamente serão anunciadas.

### DR. FRANCISCO PEREIRA DE SEQUEIRA

Causou uma certa estranheza que, no seu discurso pronunciado na sessão de homenagem a S. M. El-Rei, realizada nas Juventudes Monarchicas Conservadoras, o sr. Dr. Pereira de Sequeira não se tivesse referido á Acção Realista Portuguesa. Na verdade, o sr. Dr. Pereira de Sequeira, director da revista *Serviço de El-Rei*, acompanhou sempre desde o inicio o nosso movimento, assinando a mensagem de 8 de dezembro de 1923 e tomando parte em todas as reuniões preparatórias em que se constituiu a Acção Realista Portuguesa.

E' com a maior satisfação que podemos afirmar que não se deve atribuir a este nosso camarada, pelo facto de não ter lembrado no seu discurso o nosso movimento, qualquer proposta de ser desagradavel aos seus companheiros de ideias e de luta. O sr. Dr. Pereira de Sequeira, falando com um membro da Comissão Executiva da A. R. P. espontaneamente se referiu áquela omissão involuntária. Só por um esquecimento, que o Presidente das Juventudes Monarchicas do Porto foi o primeiro a lamentar, não lembrou a Acção Realista Portuguesa, em cujas fileiras o contamos como um companheiro querido.

Ao nosso illustre amigo e colaborador enviamos os protestos da mais elevada camaradagem.

### FERNANDO CAMPOS

Encontra-se quasi esgotado o livro que este nosso prezado amigo publicou, ha poucos meses ainda, com o titulo de *Os nossos Mestres ou Breviário da Contra-revolução.*

Este facto prova o bom acolhimento que teve por parte da critica e do publico, aquela obra que não tem congénere na nossa literatura contra-revolucionária, tendo se esse acolhimento estendido ao Brazil, cujo mercado absorveu grande parte da edição.

## A CRISE NO SEU ASPECTO ECONOMICO-SOCIAL

Que o mal vem de longe, dizem ; que foi a guerra, dizem tambem. Mas quando injustiça — ao lado de muita justiça — nestas duas acusações ! O passado e a guerra têm as costas largas ; podem suportar as culpas que a estupidez e a incompetencia, reunidas, hajam por bem atribuir-lhes. Mas, se é certo que o regresso, puro e simples, ao *statu quo ante* de 1910 não seria de forma alguma a solução do problema, e antes o seu agravamento, pelas perturbações que causaria, sem uma contra-partida de proveitos, imediatos ou a longo praso ; é certo tambem que a crise da guerra seria mesmo dolorosa ; e a nossa situação seria hoje muito diferente, para melhor, do que tem sido, se à frente dos destinos do país estivessem homens de competencia, de inteligencia, de honestidade e de probidade. Um outro requisito seria ainda necessario : que houvesse continuidade na acção governativa, que os programas não divergissem fundamentalmente de governo para governo. Acontece, porem, que nós só conhecemos uma continuidade governativa : a continuidade no erro ; fóra desta, só conhecemos outra pior : a continuidade da descontinuidade. Defeitos de natureza politica, evidentemente, e que bem longe estão ainda de sofrerem uma cura radical . . .

Ao lado duma crise permanente de caracter politico, o país enferma de crises parciais e accidentais de caracter economico e social. Estas crises, porem, ainda compartilham, em grande parte, do mal politico, porque, a não ser a atonia cerebral dos nossos governantes, as crises não atingiriam a acuidade que têm atingido. A primeira função dum bom governo é *prever*. *Prever*, para *prover*. Sem previsão, não ha governo que governe ; com ela, os governos podem a tempo, ou evitar o mal, na sua totalidade, ou reduzi-lo á sua expressão mais simples ; do mal, o menos. Mas para isso é necessario que á frente dos negocios publicos estejam pessoas *competentes* : digo competentes, não no sentido estricito de competencia tecnica, mas competentes como *administradores*. Porque para administrar bem uma empresa, não é necessario sêr-se um bom tecnico em cada um dos rodados que compõem o maquinismo total ; é fundamental que se seja, sim, um bom administrador, e se possua uma larga envergadura intelectual. — Nas larvas que ultimamente nos têm des-governado, onde encontrarêmos nós esses requisitos ?

Quando, por exemplo, a moeda se desvaloriza em extrêmo, e essa desvalorização atemoriza a confiança publica, a explicação do fenómeno, dada pelos governantes, é simples : « são os especuladores. » E aí começa o publico a gritar, a barafustar e a protestar contra uma causa imaginaria, e a esgrimir, portanto, contra simples moinhos de vento. Evidentemente, a especulação existe, e os especuladores são de carne e osso. Mas daí até afirmar que os especuladores são a causa do mal, vai uma grande distancia . . . ; porque os especuladores são, em vez de causa, um *efeito*. O que determina a grande especulação, é a instabilidade da moeda. Com a moeda estável, a especulação é uma coisa

mínima, que pouco ou nada afecta a nau do Estado, não tendo immediatas repercussões sociais. E porque vive a moeda numa permanente instabilidade? Porque os governos não governam nem administram; ou, por outras palavras, porque os governos só governam e só administram mal. São os proprios governos que desvalorizam a moeda, e são eles, depois, quem fomenta a especulação. Quantas fortunas não terão sido assim feitas? Quantos novos-ricos da republica não tem nascido assim, da guerra para cá? Donde veio a fortuna da maior parte dos politicos republicanos, que ontem eram, senão de todo em todo pobres, pelo menos viviam numa apagada mediania? Porque não foi ainda preso, ou simplesmente destituido do seu logar oficial, o indio Alberto Xavier, por ser, simultaneamente, *Director geral da Fazenda Publica* e consultôr *juridico* (o belo eufemismo!) duma casa bancaria? A resposta a esta pergunta dar-nos-ia a explicação de tantas fortunas feitas em tão pouco tempo.

Entrámos ha pouco no regimen da valorização rapida do escudo. De repente o governo lembra-se de fazer a libra descer aos 90 esc. Consequencias? As piores. O principal cuidado do governo deveria ser, não a valorização subita da moeda, mas sim a sua *estabilização*. Depois de estabilizada, é que a moeda — e isto feito por estadios successivos e lentos — deveria, a pouco e pouco, valorizar-se. A economia nacional, assim, não seria afectada como hoje está sendo. A crise de *chômage* não seria o que já hoje é: pelo país fóra, ha já algumas dezenas de milhares de operarios sem trabalho. Que solução dá o governo ao problema? Deixar andar. O *deixa andar* é, de resto, muito protuguês.

A unica preocupação do governo, com a sua politica financeira — *s'ill y en a...* — é captar a gratidão popular, e as suas simpatias, com a gloria de ter feito descer o custo da vida. Que grande lança metida em Africa, esta, na verdade! Fazer descer um pouco o custo da vida, ao mesmo tempo que, pelo forçado encerramento dalguns estabelecimentos, e pela paralização de muitas empresas, (consequencias directas, immediatas, da mesma politica financeira) se cria um exercito de desempregados, não nos parece nenhum milagre. Melhorar a cotação do escudo e, simultaneamente, pela falta duma bôa administração dos dinheiros publicos, preparar novos desequilibrios nas contas do Estado, — desequilibrios que vão reflectir-se immediatamente, quer num novo augmento de circulação fiduciaria, quer numa nova crise de confiança publica; e aí terêmos de novo a moeda desvalorizada pelo Estado e pelos especuladores, — que pelas pègadas do Estado, na politica financeira, se guiam.

O problema consiste, pois, acima de tudo, numa questão de competencias. Mas competencias, como, com o sufragio universal a fazer a *selecção pela inversa*, e com os partidos e as facções a sobrepõem os seus interesses aos interesses da Nação?

*Augusto da Costa.*

# Significado Nacionalista

Antonio Sardinha, poeta ilustre e apóstolo do Integralismo Lusitano, acaba de publicar um belo livro intitulado «Ao principio era o Verbo». Os seus amigos e admiradores resolveram reunir-se num jantar, para render preito aos dotes elevados do seu espirito. Realizou-se esse jantar ha mais dum mez. A ele assistiu e deu a sua adesão o estado-maior da ideia nacionalista, — a geração que é um valor de hoje e será amanhã a vencedora. Sensacional acto de fé na redenção da Patria de nossos avós, — essa manifestação da ideia nacionalista foi um contraste flagrante com aqueles jantares de politicos liberais em que se vitoria o cacique eleitoral, lambuzando de retórica ôca as suas qualidades de estadista... Essa festa memoravel, que marca uma etapa de glória na vida intelectual portuguesa, é a garantia palpavel de quanto valerá a unidade de pensamento na geração mandante de amanhã, — ao serviço do interesse nacional, para bem alto dignificar a Patria. Portugueses de lei, todos esses! Salutar exemplo de amor patrio, o nacionalismo destes portugueses, — comparavel apenas ao dos nossos avós, quando no campo das batalhas, — ao custo do sacrificio da própria vida, firmavam a conquista e expandiam a fé catòlica.

E como a ideia de nacionalismo envolve naturalmente a de tradicionalismo — porque não poderá aquela deixar de ter em consideração o nosso passado — é de esperar que todos aquêles espiritos cultos, que se reuniram numa comunhão intelectual, abdicuem totalmente das diferentes tendencias políticas que ainda tiverem, e proclamem o unico sistema de governo que melhor se adapta à nossa tradição historica e ao interesse nacional, para engrandecimento do Portugal vindouro. Terão assim assegurado um completo exito no campo da acção, por uma perfeita unidade doutrinária. E não devem ter receios da opinião politicos todos os que pretendem elevar tão alto o seu pensamento, pondo-o ao serviço sagrado da Pátria.

Meditêmos.

Qual será o regime politico que deverá convir á tradição historica e ao interesse nacional de hoje? Ninguém hesitará na resposta: a Monarquia! Que Monarquia? Aquéla que representa o nosso passado de maior grandeza e glória, a Monarquia catòlica das classes e dos municipios, — actualizada. E, afinal, não foi actualizar a Monarquia das classes, com a representação nacional nas Côrtes, a taréfa inteligente e oportuna da Junta Central do Integralismo Lusitano? Foi. E não foi desses ensinamentos e da sua filosofia politica que principalmente nasceu a ideia tradicionalista ora vitoriosa? Foi. Deve, por conseguinte, ser a Monarquia integral o regime politico que convem perfeitamente a Portugal, à sua tradição historica, e ao interesse nacional. Não o negue a minha geração, que assim se mostra pronta a aceitar a verdade!

E nesta altura considero oportuno fazer uma observação ao final do patriotico e bri-

lhante discurso de Antonio Sardinha. Como monarchico anti-parlamentarista que sou, (estive no Partido Legitimista até o Pacto de Paris) comento as suas palavras :

«Que para lá do inerte e do putrefacto, seja chefe dos Portuguezes o homem que tornar hóstia viva, pão para a bôca, realidade de todos os dias, a aspiração sacratissima, que a todos aqui nos lembra uma unica maternidade, — a da Velha Lusitânia, Virgem acastelada e forte, aprisionada na torre erguida outróra por suas mãos heroicas e belas !» Apenas considero e observo, a proposito destas palavras, o seguinte : Enquanto nos dissermos monarchicos, somos obrigados a servir e a respeitar El-Rei, chefe supremo e simbolo da ideia monarchica. Ele é, na verdade, *Chefe dos Portuguezes* ! O Pacto de Paris assim nô-lo impõe, garantindo no trôno a Dinastia de Bragança. A restauração de S. M. El-Rei no trôno da Monarquia Portuguesa é-lhe duplamente devida por ser o representante de dois mártires, seus augustos Pai e Irmão, e por ser, no exilio, a garantia do nosso futuro. A todos os monarchicos deve, pois, ser grata esta reparação à Dinastia de Bragança, chamando a chefiar os portuguezes El-Rei Dom Manoel II. E como até à data o Senhor Dom Manoel não afirmou que não poderá vir a ser Rei duma Monarquia integral, devemos, mesmo nós, os nacionalistas, acatá-lo e servi-lo como Chefe, deixando apenas de fazê-lo se S. M. declarar perentoriamente não querer servir o principio monarchico verdadeiro ! Então, sim ! Nessa altura estará certo escolhermos outro Chefe, outro Rei, que perfeitamente encarne o nosso principio politico e o faça executar numa Monarquia que integralmente sirva Portugal ! Até lá (aventemos a impossivel e dolorosa hipótese) não neguemos a S. M. El-Rei a sua qualidade de *unico* Chefe de todos os portuguezes !

Quando certos nacionalistas hesitantes tiverem considerado a *verdadeira origem do nacionalismo*, que os anima, aceitarão El-Rei como seu chefe. Só nesse momento terão atingido a meta do significado nacionalista.

*Antonio de Valadares Botelho.*

*No próximo número publicaremos artigos de Dom Luis de Castro, João de Castro e Castello Branco Chaves.*

## ÉCOS

DR. ANIBAL SOARES

O sr. dr. Anibal Soares foi na semana passada, agredido covardemente por um grupo de pessoas, onde se via o ex-ministro em Berlim, Veiga Simões, a quem está instaurado um processo.

Ao ilustre jornalista monarchico, apresentamos os protestos da nossa solidariedade e consideração.

•SALUS!•

Sob a direcção competente do sr. José Bernardino Duarte, acaba de aparecer a revista nacionalista «Salus». O seu primeiro numero vem magnificamente colaborado e em todo o seu texto prepassa o mesmo pensamento português que nos anima. «Salus!» é mais um companheiro de luta por um Portugal integro, restaurado no seu sentido tradicional. Espontaneamente, de todos os pontos do país, surgem os protestos da consciencia portuguesa contra a miseravel crise em que nos afundamos.

«Salus!» propõe-se reunir nas suas paginas todos os que defendem as doutrinas nacionalistas. A saudação que dirige à Acção Realista Portuguesa é uma afirmação de superior camaradagem que muito nos penhora. A «Salus!» apresentamos os nossos cumprimentos e afirmamos a maior solidariedade de soldados do mesmo combate de sacrificio e de resgate.

## A URNA E A REVOLUÇÃO

Com o resultado das ultimas eleições inglesas, que deram a vitória aos conservadores, os nossos liberais excederam-se em ditirambos e gritos de louvor historico ás virtudes secretas da urna. Em resumo, eles diziam com os olhos em éxtase: «Vejam lá! Dizem mal das eleições, dizem mal do voto, — mas vejam! Vejam as eleições inglesas! Estavão no poder os trabalhistas, o comunismo já ensaiava o seu assalto final ao poder, — e pacatamente, como numa patiscada bucólica, faz se uma verdadeira revolução, afasta-se o perigo do bolchevismo! E venham, depois dum facto grandioso como este, dizer mal da urna, dar piparotes na Soberania do Povo, e levantar calunias á virtuosa e pura democracia!» Nós ouvimos os louvôres entusiasticos, lemos toda essa prosa onde estremecia, acordada dum torpor sonolento, a sombra das ideologias abstratas e sem essencia positiva. Mas serenamente poderemos responder e a nossa resposta será ligeira e breve.

As eleições inglesas não constituem como certas

inteligencias superficiais ou sectárias possam julgar, um argumento eloquente e forte contra os que afirmam que a urna é a boceta de Pandora que encerra os ventos da anarquia, da incompetencia e do confuso tumulto dentro da vida da nação e do Estado. Foi devido ao Parlamento — que é a assembleia depositaria dessa soberania que dimana do povo, através da urna, — que os trabalhistas subiram ao poder, constituiram o seu ministerio, se apoderaram do Estado, e superiormente, com a força politica nas suas mãos, ameaçavam a Inglaterra com o seu vago comunismo progressivo — à inglesa. Foi porque na Inglaterra, — como no nosso desgraçado país — existe uma urna onde mã's anónimas vão depôr o seu voto politico, que incide sobre a vida do Estado, que os trabalhistas conseguiram entrar no Parlamento, ameaçar a Sociedade, e, apesar de inimigos da propriedade e de todos os alicerces fundamentais da civilização, subir ao poder e governar. Não seria isto tambem uma revolução, consumada sem um tiro? Os nossos conservadores não podem contestar, — mas terão um sorriso de triumpho, com a resposta já prônta, o argumento esmagador na ponta do dedo cheio de ameaças: «Foi uma revolução perigosa, sem duvida, mas os conservadores respondêram, fazendo tambem a sua, num turbilhão de votos!»

Ora ainda bem, pacatos conservadores liberais, que assim nos respondêram! Ainda bem que, sem querer, reconhecêram que a urna é a revolução organizada, a permanente agitação das massas, a porta aberta para qualquer desorientado movimento dessa absurda *opinião publica*, — flutuante, anarquica, formada nos subterrâneos da Finança, nas redacções de jornais suspeitos, e na atmosfera dos centros politicos. As eleições politicas, com o seu voto politico, com essa contraditoria e metafisica Soberania Popular, transformam o Estado num órgão perpetuamente provisório, sem pensamento superior, úno, persistente, — ora nas mãos deste partido, mais avançado, ora nas mãos dum outro, que se diz conservador, pacato, e com uma vaga e mole transigencia... E não é mesmo necessário falarmos na incompetencia politica do eleitorado e repetirmos ainda a longa e secular história das burlas eleitorais, que fazem dessa abstrata Soberania Popular uma miserável e criminosa mistificação! As eleições não teem por fim, como vulgarmente se diz, organizar a representação nacional. O Parlamento não é uma assembleia representativa, mas o poder politico, a vontade deliberativa, o senhor das leis, o

## ACÇÃO REALISTA

Estado democratico, disforme, nebuloso, primitivo, sem homogeneidade. Esse Estado é periodicamente revolucionado pelas eleições, — e, quando a urna, como succede sempre no nosso país, dá a vitoria á facção do poder, garante, desta maneira, a ditadura dum partido contra toda a nação esmagada e sem representação.

Sem dúvida que as eleições inglesas vieram resolver uma crise gravissima. Perante a ameaça iminente do bolchevismo, o eleitorado inglés, num movimento colectivo de defesa social, deu a maioria aos conservadores, aos que defendiam a civilização. Cada povodem a sua psicologia politica diferenciada, — e, na Inglaterra, onde há um absoluto respeito para com as eleições, é possível fazer-se uma contra-revolução por meio da urna. Mas suponha-se (e não sabemos se a hipótese se pode realizar!) que nas proximas eleições os trabalhistas ganham a maioria. Senhores do número, seria socialmente legitima a sua vitoria? Todos nós, os que estudam os problemas politicos e sociais com um rigoroso critério scientifico, sabemos que essa vitoria seria o crepusculo da civilização. Mas os senhores liberais, que são rotineiros e conservadores, nunca poderão revoltar-se contra a urna, se esta se lembrar, um dia futuro, de abrir as portas do Estado ao comunismo!

Dentro das sociedades, em que o Estado é democratico, a anarquia vive sempre latente, como uma alma de loucuras collectivas. Quando uma facção não consegue vencer na urna, — lança-se por outros caminhos de menos legal revolucionarismo... Com a vitoria dos conservadores na Inglaterra, estará perfeitamente domado o trabalhismo?

Mas agora permitimo-nos fazer uma pergunta cuja malicia é bastante inocente: Será possível no nosso país a contra-revolução monarchica nessas barricadas legais (legais, é bem assim...) dos circulos eleicoeiros?

E ainda outra pergunta:

Mas quando?

### O «SÉCULO»

O grande acontecimento da última quinzena foi a compra do «Século» pela União dos Interesses Económicos e a sua direcção confiada ao illustre escritor e jornalista dr. H. Trindade Coelho.

Quem estava habituado a ver, com tristeza, os dois grandes colossos da imprensa transformados em instrumentos de interesses particulares e mistificando a opinião pública com literatura feita de ignorância e de duvidoso patriotismo, não pode deixar de constatar com júbilo a transformação que o «Século» sofreu, e de esperar uma acção elevada e rasgadamente nacionalista da parte do seu illustre director, a quem a «Acção Realista» apresenta os mais cordiais cumprimentos.

São sobejadamente conhecidos o pensamento do

sr. dr. Trindade Coelho — que em tantos pontos se confunde com o nosso — e a integridade do seu character, para podermos estar certos que a orientação do velho jornal da Rua Formosa será profundamente benéfica sobre a desorientação que lavra neste país.

Notaveis têm sido já os artigos publicados, marcando o novo rumo do «Século». São artigos de verdadeira cultura nacionalista. Que importa que nelles se chame Democracia aquilo que nós chamamos anti-Democracia? E' apenas uma questão de palavras. As nossas ideias entrelaçam-se; porisso, o «Século», ao contrario do que succedia até aqui, é um jornal que se deve ler.

### SINAIS DOS TEMPOS — por Lusitanus

Nas montras das livrarias acaba de aparecer um livro estranho e perturbante, que tem na sua portada o titulo apocalitico de *Sinais dos Tempos*. A nossa época, pelas suas forças vulcánicas que latejam no seu seio, faz ver o futuro com uma grande anciedade. Os nossos dias são uma aréna formidavel onde o combate de ideias se inicia, na encruzilhada da civilização, que é a crise presente. Lusitanus, o autor deste livro, procura decifrar o enigma do futuro, que os dias que passam preparam e criam, e tenta desvendá-lo atravez dos textos sagrados. Os perturbantes témas profeticos, como o fim das Nações, o advento do Quinto Imperio Universal, tendo como imperador um principe português e o fim do mundo, passam diante do nosso espirito numa cavalgada doida de chamas devoradoras, de hecatombes apocaliticas, de fatalidades expiatórias. Atravez da candente linguagem das profecias, Lusitanus pretende que muitos dos acontecimentos que se desenrolam agora pelo mundo são os sinais que os tempos se aproximam! As figuras dos velhos interpretes seiscentistas das profecias sagradas ressuscitam nas paginas deste livro curioso — e, enquanto liamos os *Sinais dos Tempos*, evocámos o padre Antonio Vieira erguido numa attitude classica, a perorar sobre o Quinto Imperio! Talvez não se possa estar sempre de acôrdo com a interpretação que Lusitanus dá ás profecias canónicas. Mas não podemos deixar de reconhecer o estudo profundo dos textos sagrados que o autor dos *Sinais dos Tempos* demonstra e a erudição abundante da história de que elle se socorre. O seu sonho do Quinto Imperio em que Portugal é chamado a cumprir uma predestinação cristã, revela em Lusitanus aquele patriotismo místico que animou tantos outros portugueses que, antes dele, se engolfaram no estudo das profecias biblicas.

*Sinais dos Tempos* é um livro de fé e de patriotismo, escrito num estilo fácil e despretencioso, por vezes desfigurado por essas *gralhas* importunas que os prélos da nossa terra guardam com carinho e profusão... Agradecemos a Lusitanus a oferta amável do seu livro.

# Assistencia aos Monarquicos Necessitados

Foram recebidos até agora na nossa redacção os seguintes donativos para a Assistencia aos Monarquicos Necessitados:

Acção Realista (revista).....	50\$000
Acção Realista Portuguesa (sede).....	50\$000
Joaquim Ribeiro Pimenta (Arcos de Val-de-Vez)....	20\$000
Antonio de Valadares Botelho.....	20\$000
Dr. E. G.....	20\$000
Gastão de Matos.....	100\$000
Cons. A. C.....	20\$000
Antonio Jardim de Monte São.....	20\$000
C. F. 2.....	20\$000
Joaquim Padinha.....	20\$000
Visconde P. C.....	20\$000
José Pedro Folque.....	5\$000
Lião Sacadura Cabral.....	20\$000
A. S.....	5\$000
Dr. A. de E.....	5\$000
	50\$000
Soma.....	<u>425\$000</u>

Chamamos a atenção de todos os nossos companheiros para a necessidade de concorrerem para a Assistencia aos Monarquicos Necessitados. Passou a época dos comodismos! Quem é monarquico cumpra com o seu dever!

**TODOS DEVEM LER**

## Os Nossos Mestres

OU

**BREVIARIO DA CONTRA-REVOLUÇÃO**

**JUIZOS E DEPOIMENTOS**

COLIGIDO POR

**FERNANDO CAMPOS**

**Edição quasi exgotada**

Pedidos á Livraria Portvgalia

Rua do Carmo 75 - LISBOA

# A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

## QUERE:

*A organização da sociedade tendo por células primárias a FAMILIA, o MUNICIPIO e o SINDICATO PROFISSIONAL.*

*A constituição dumas CORTES GERAIS representativas dos interesses da IGREJA, da TERRA, da INTELIGENCIA e da PRODUÇÃO.*

*UM REI que GOVERNE e escolha LIVREMENTE os seus ministros, RESPONSÁVEIS PERANTE ELE:*

*Uma MONARQUIA, enfim, liberta de todas as mentiras democraticas, expressão fiel da TRADIÇÃO PORTUGUESA e do verdadeiro INTERESSE NACIONAL.*

---

**Monarquicos! Inscrevei-vos**

na

**Acção Realista Portuguesa**

---

**Rua da Barroca, 59, s/loja — LISBOA**